



José Graça
é presidente
do MODERP

“MAIS DO QUE PALAVRAS É PRECISO AÇÃO”

O valor de uma pessoa é sempre superior ao da sua idade”, diz José Graça, presidente do Movimento Democrático de Reformados e Pensionistas (MODERP), para quem “a longevidade ativa é fundamental, mas não se consegue sem o apoio de toda a comunidade verdadeiramente envolvida e solidária”. “Mais do que palavras é preciso ação”, afirma este responsável, que também participou no workshop Políticas Públicas na Longevidade, da Santa Casa da Misericórdia, e para quem legislar não basta: é preciso pôr as leis em prática.

“O acesso a cuidados paliativos, a institucionalização em lares e o acompanhamento domiciliário continuam a ser das maiores fragilidades do nosso sistema, para quem não tenha reformas condignas. Enquanto uns escolhem a sua ‘residência sénior’, a outros resta um qual-

quer lar ou casa de acolhimento clandestina”, aponta.

Apesar do esforço das autarquias e do SNS, José Graça diz que é preciso ir mais longe e taxar a riqueza. “A sociedade tem de ter ricos, pessoas que criam, que investem na realização da sociedade, mas não obscenamente ricos, acumuladores de dinheiro.” E dá um exemplo. “Se uma empresa introduz uma máquina que virá a substituir dez pessoas, essa máquina que leva ao afastamento e empobrecimento

dos dez trabalhadores onera, também, a Segurança Social. É justo que a criação de riqueza que se alcança com a máquina seja tributada, proporcionalmente, ao valor criado”, afirma.

O responsável contesta também que se dividam as pessoas por faixas etárias, como se não fôssemos “um todo inseparável”. “Não poderíamos viver uns sem os outros”, lembra.



Casimiro Menezes
é presidente
do MURPI

“A REFORMA É UM DIREITO DE TODOS”

Na qualidade de presidente da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), Casimiro Menezes participou no workshop Políticas Públicas na Longevidade da Santa Casa da Misericórdia e diz que, neste tema, é fundamental assegurar “o direito universal à pensão de reforma e o direito à saúde”. “Criar um sistema de Segurança Social universal, público e solidário é a única forma de garantir o direito a envelhecer com dignidade, pela atribuição de uma pensão digna e justa e a defesa do Serviço Nacional de Saúde, do qual se provou a sua importância nesta pandemia.”

Se a Covid-19 “pôs a nu as fragilidades na organização da nossa sociedade, na acentuação das desigualdades sociais”, no caso dos idosos a questão foi ainda mais grave, já que revelou a “fragilidade da política de

proteção social, com especial relevância na estrutura orgânica e funcional dos lares da terceira idade”. “Numa sociedade em que a longevidade é uma das características em evidência torna-se necessário definir uma Estratégia para um Envelhecimento com direitos quer nas áreas da saúde, da segurança social, da cultura, da habitação e da mobilidade, fortalecendo a voz e a intervenção do movimento associativo dos reformados”, diz Casimiro Menezes que, falando em nome da

MURPI, defende “a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social” e o combate à fuga das contribuições.

Quanto aos lares, pede a criação de uma Rede Pública que atenda às necessidades do País e aponta o apoio domiciliário como exemplo de “assistência fundamental e necessária para assegurar o direito a envelhecer no domicílio”.

Contributo da Santa Casa da Misericórdia PARA UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DA LONGEVIDADE

A realização do workshop Políticas Públicas na Longevidade foi a primeira iniciativa de um grupo de trabalho constituído pela SCML para participar no desenho de uma proposta estratégica a apresentar às entidades governamentais. O projeto responde ao desafio lançado pela própria Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, que apelou às diversas instituições de solidariedade e seus parceiros o apoio na delineação de uma nova política para o envelhecimento, objetivo alinhado pelo quadro de prioridades do XXII Governo Constitucional. Este projeto governativo assenta em dois focos: a demografia e as desigualdades. O grupo de trabalho, liderado por Maria da Luz Cabral, da SCML, deverá ter a versão final da sua proposta pronta para apreciação em janeiro de 2021.

Leia este e outros artigos no site do correio da Manhã



Com o apoio

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa